



Concurso Público 2025

Procurador da Uerj

PROCURADOR DA UERJ (101) CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

PROIBIDO FOLHEAR ESTE CADERNO ANTES DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PROVA

Além deste caderno de **80** questões OBJETIVAS, você recebeu:

- um cartão-resposta personalizado com questões de múltipla escolha com quatro alternativas.

Duração máxima da prova: **5 horas**

Autorização para deixar o local de prova: **após 1 hora** do início da prova

INSTRUÇÕES

- 1) Na mesa, são permitidos apenas o(s) caderno(s), o cartão-resposta (quando houver) e a caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul **SEM A TAMP A**. Demais pertences devem estar devidamente guardados embaixo da carteira.
- 2) Terminada a prova, **TODO** material de prova deverá ser devolvido aos fiscais.
- 3) As três últimas pessoas candidatas somente poderão deixar a sala, juntas, quando a última entregar a prova. As três deverão assinar a ata de sala, atestando a idoneidade e a regularidade da finalização da prova.

NO CARTÃO-RESPOSTA:

- 4) Confira os seus dados pessoais, número de inscrição e cargo/programa escolhido.
- 5) Assine e transcreva a frase impressa no cartão assim que o receber (cartões entregues sem a assinatura e/ou sem a transcrição da frase **NÃO** serão corrigidos).
- 6) Marque a alternativa correta de acordo com a ilustração instrutiva. Somente as respostas corretamente preenchidas serão objeto de correção.

Atenção: Por motivo de segurança, o(s) gabarito(s) **NÃO** poderá(ão) ser anotado(s) em nenhum outro local que não seja neste caderno e no cartão-resposta.

NO CADERNO DE QUESTÕES:

- 7) Após autorização do início da prova, verifique a numeração das questões e das páginas (havendo irregularidade no material, comunique ao fiscal de sala).
- 8) Não arranque, destaque ou rasgue nenhuma folha nem parte dela.

Todos os casos e nomes utilizados nas provas do CEPUERJ são fictícios.

ORGANIZADOR



CEPUERJ

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO:****A importância da Linguagem Simples no setor público**

- 1 Falar sobre Linguagem Simples é importante em todo e qualquer contexto. Quando falamos do Brasil, esse problema é ainda mais urgente. O Brasil tem dois grandes desafios: o analfabetismo e a desigualdade. Segundo estudo da ONG Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro de 2018, 3 em cada 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais. Ou seja, cerca de 30%
5 da população brasileira economicamente ativa não consegue compreender textos simples.

A pessoa que é analfabeta funcional pode ter dificuldades de entender desde um e-mail profissional até as regras para conseguir um benefício social. Esse problema educacional tem um enorme impacto na sociedade como um todo. Se a pessoa não compreende um texto, não consegue usar aquela informação e acaba perdendo oportunidades, seja de conseguir um emprego, de acessar um benefício social ou de
10 acessar qualquer outro serviço público.

Ainda segundo o estudo mencionado, somente 37% da população brasileira têm níveis de alfabetismo intermediário ou proficiente. Essas pessoas têm mais facilidade para reconhecer o sentido de figuras de linguagem e sinais de pontuação, além de elaborar e compreender textos mais complexos.

Esse cenário de baixos índices de letramento se torna mais complicado quando pensamos no tipo de
15 linguagem que o governo usa. O Estado Brasileiro foi formado, principalmente, por acadêmicos, advogados e pessoas relacionadas ao contexto jurídico, que tiveram um papel muito importante na construção das instituições e órgãos públicos com que nos relacionamos até hoje.

Assim, o funcionamento do Estado, as leis e as regras foram pensados a partir do Direito e, claro, de sua linguagem. Essa é uma das razões pelas quais os termos e as palavras do jargão jurídico se
20 tornaram o padrão da administração pública, apesar de serem difíceis para a maioria das pessoas entenderem.

Mas é importante lembrar que a Constituição de 1988 trouxe a visão de que o governo tem que trabalhar para todos e todas. A Constituição criou a ideia de políticas públicas universais, indicando a necessidade de se repensar, construir e comunicar os serviços públicos de uma forma que alcancem todas as
25 pessoas.

Quando o Estado usa uma linguagem complexa, cheia de siglas e palavras que a maioria da população não conhece, acaba contribuindo para afastar a população do governo e dificultar o acesso a serviços e direitos.

Muitas pessoas nem chegam a conhecer os serviços oferecidos, porque eles são divulgados em uma
30 linguagem que não faz sentido para elas. Quando uma pessoa quer saber até quando deve fazer o pagamento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano –, ela se depara com a seguinte frase: “O contribuinte poderá impugnar a exigência fiscal no prazo de 90 dias”. Quando o empreendedor ou empreendedora participa de uma licitação e questiona o resultado, a resposta é: “O pregão eletrônico

35 promovido para aquisição de kits para diagnóstico de arbovirose, para no mérito negar-lhes provimento, tendo em vista que a condução do certame manteve conformidade com os princípios basilares que regem a Administração Pública”.

40 A população deixa então de acessar serviços públicos por achar que é algo difícil, demorado e custoso. Quando consegue acessar, a comunicação com o governo é cheia de obstáculos, tanto pela linguagem quanto pelos procedimentos. O reflexo desses problemas custa muito ao próprio governo, que gasta mais tempo e recursos para prestar os serviços.

45 Da mesma forma, empresas também encontram dificuldade para entender as regras que orientam o funcionamento do seu negócio, já que essas regras são escritas nessa mesma linguagem. Acabam precisando de auxílio, muitas vezes tendo que pagar uma pessoa que as ajude a entender melhor os processos e conseguir o que precisam. Essa necessidade de auxílio torna o processo mais demorado e provoca efeitos negativos na economia.

Por isso é tão importante garantir que tudo o que o governo faz, oferece e exige da população esteja em uma Linguagem Simples. Para garantir que a comunicação entre a administração pública e os cidadãos e cidadãs funcione, facilitando a vida de todas as pessoas.

Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6181/1/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Pu%20CC%81blico.pdf>.

Acesso em: 18 fevereiro de 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, responda às questões de números **1** a **6**.

1) A tese é a ideia principal sobre um determinado assunto defendida em um texto. Em “A importância da Linguagem Simples no setor público”, a tese defendida corresponde à seguinte afirmação:

- a) o problema do analfabetismo funcional de parte da população tem um enorme impacto na sociedade como um todo no Brasil
- b) o uso da linguagem simples pelo governo garantiria a comunicação eficiente entre a administração pública e os cidadãos
- c) a Constituição de 1988 instituiu políticas públicas universais disponibilizadas para todos e todas
- d) a dificuldade de acesso a serviços públicos pela população custa muito ao próprio governo

2) “Falar sobre Linguagem Simples é importante em todo e qualquer contexto.” (ℓ. 1). De acordo com o texto, esse problema é ainda mais urgente no Brasil porque:

- a) os órgãos públicos foram construídos por acadêmicos e pessoas relacionadas ao contexto jurídico
- b) a linguagem marcada pelo jargão jurídico em documentos normativos causa prejuízo ao erário
- c) os textos da administração pública são escritos em norma-padrão
- d) a população apresenta baixos índices de letramento

3) A modalização é um recurso linguístico usado para expressar a subjetividade do autor no texto, revelando sua atitude em relação ao que diz. O trecho que apresenta recurso de modalização, marcando a subjetividade do autor, é:

- a) “A Constituição criou a ideia de políticas públicas universais...” (l. 23)
- b) “...o funcionamento do Estado, as leis e as regras foram pensados a partir do Direito...” (l. 18)
- c) “Mas é importante lembrar que a Constituição de 1988 trouxe a visão de que o governo tem que trabalhar para todos e todas.” (l. 22 e 23)
- d) “Segundo estudo da ONG Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro de 2018, 3 em cada 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais.” (l. 3 e 4)

4) A progressão do tema se dá pela sequenciação de ideias ligadas a uma mesma rede de sentidos. Trata-se de um recurso importante para a construção da coerência do texto. No 8º parágrafo, a estratégia empregada para dar sequência à ideia apresentada no 7º parágrafo é a:

- a) exemplificação
- b) contraposição
- c) comparação
- d) refutação

5) Anáfora e catáfora são mecanismos de coesão referencial que, respectivamente, retomam ou antecipam termos, fatos, ideias. A coesão catafórica, que antecipa algo que ainda será mencionado, se manifesta em:

- a) “Essa necessidade de auxílio...” (l. 44)
- b) “...esse problema educacional...” (l. 7)
- c) “...dois grandes desafios...” (l. 2)
- d) “A Constituição...” (l. 23)

6) “...empresas também encontram dificuldade para entender as regras que orientam o funcionamento do seu negócio, já que essas regras são escritas nessa mesma linguagem.” (l. 41 e 42). A reescrita que mantém o significado básico desse período é:

- a) Embora as regras que orientam o funcionamento do seu negócio sejam escritas nessa mesma linguagem, empresas também encontram dificuldade para entender essas regras.
- b) Empresas também encontram dificuldade para entender as regras que orientam o funcionamento do seu negócio, por isso essas regras são escritas nessa mesma linguagem.
- c) Empresas também encontram dificuldade para entender as regras que orientam o funcionamento do seu negócio, caso essas regras sejam escritas nessa mesma linguagem.
- d) Como as regras que orientam o funcionamento do seu negócio são escritas nessa mesma linguagem, empresas também encontram dificuldade para entender essas regras.

7) A oração subordinada adjetiva pode ou não ser antecedida por vírgula, a depender do tipo de informação que acrescenta a seu antecedente: informação essencial (sem a presença da vírgula – oração subordinada adjetiva restritiva) ou informação complementar (com a presença da vírgula – oração subordinada adjetiva explicativa). O período em que a vírgula está adequadamente empregada antes da oração adjetiva é:

- a) É muito grande o percentual da população brasileira, que não entende o que lê.
- b) Devem ser claras as regras, que instruem sobre o funcionamento de um serviço público.
- c) Os governantes devem considerar as ideias, que estão previstas na Constituição de 1988.
- d) Os documentos da administração pública estão escritos em linguagem jurídica, que a população não compreende.

8) A frase em que o pronome relativo “cujo” está adequadamente empregado, atendendo aos ditames da norma-padrão formal escrita é:

- a) Alguns homens, de cujo o pensamento discordamos, não deverão continuar no poder.
- b) O documento para cuja nova versão escreveu uma justificativa foi elaborado em linguagem simples.
- c) O uso da linguagem simples é uma forma eficaz de ampliar o acesso à informação a todos cujo não têm formação jurídica.
- d) A administração pública, de cuja instâncias superiores emanam as normas que regem o funcionalismo, resiste a mudanças no uso da linguagem.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

9) Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), no que toca à prisão, é correto afirmar que:

- a) qualquer cidadão tem o dever de prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito
- b) desde que existente a necessária justa causa, é válida a busca pessoal realizada pela Guarda Municipal quando configurada a situação de flagrante do crime de tráfico ilícito de entorpecentes
- c) decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada seis meses, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal
- d) em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público (MP), ou do querelante ou da autoridade policial mediante representação, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria

10) De acordo com a jurisprudência do STF, no tocante à atuação do juiz, é correto afirmar que o(a):

- a) juiz não pode proferir sentença condenatória, quando o MP tiver opinado pela absolvição em suas alegações finais
- b) inobservância do prazo de 24 horas, previsto em lei, para a promoção da audiência de custódia pelo juiz, implica a ilegalidade automática da prisão
- c) consagração do sistema acusatório transforma o juiz em protagonista do processo, permitindo a substituição da atuação probatória do órgão de acusação
- d) art. 3º-A do Código de Processo Penal (CPP) deve ser interpretado de modo a vedar a substituição de qualquer das partes pelo juiz, sem impedir que, pontualmente, nos limites legalmente autorizados, aquele determine a realização de diligências voltadas a dirimir dúvida sobre ponto relevante

11) No tocante à Lei 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, à luz da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) atualmente, não há mais qualquer possibilidade de controle judicial sobre o ato de arquivamento da investigação, não sendo possível ao juiz submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial
- b) o art. 157, § 5º, do CPP, ao estabelecer que o juiz, simplesmente por conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível, não poderá proferir a sentença ou acórdão, é constitucional
- c) ao se manifestar pelo arquivamento, o órgão do MP submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial
- d) mesmo em caso de urgência, o meio se revelando idôneo, o juiz não poderá realizar a audiência de custódia por videoconferência

12) Por ter praticado, em janeiro de 2018, o crime de roubo majorado pelo emprego de arma branca (art. 157, § 2º, I, do Código Penal), um homem foi condenado, com sentença transitada em julgado, a uma pena de oito anos de reclusão. No entanto, com a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018, a majorante para o uso de arma branca foi revogada, deixando de gerar o aumento de pena nesses casos. Em relação à aplicabilidade da nova lei em vigor a esse caso, conclui-se que o(a):

- a) revogação da majorante só se aplica aos crimes cometidos após a entrada em vigor da nova lei, sem efeitos retroativos
- b) uso da arma imprópria poderá ser analisado para aumento da pena-base, a depender das circunstâncias do caso concreto
- c) nova lei não pode ser aplicada ao caso, pois o homem já foi condenado com trânsito em julgado
- d) aplicação da nova lei penal mais benéfica depende de previsão expressa na própria legislação

13) Um homem invade o computador pessoal de outro mediante violação indevida de mecanismo de segurança. Após a invasão, ele acessa e obtém o conteúdo de mensagens privadas trocadas em um aplicativo de mensagens. De acordo com o Código Penal brasileiro, o crime praticado por esse homem é:

- a) de violação de correspondência, pois envolve o acesso indevido a informações pessoais de terceiros
- b) de ação penal pública privada, pois sua responsabilização criminal depende de representação pela vítima
- c) de invasão de dispositivo informático, na modalidade de obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas
- d) objeto de ação penal pública incondicionada, mas necessita da comprovação de prejuízo financeiro para que haja responsabilização penal

14) Ao passar por uma movimentada praça pública, um homem, irritado com um desentendimento, utilizou sua arma de fogo para atirar contra uma estátua localizada no meio da multidão. O tiro atingiu a cabeça de uma pessoa, que sofreu ferimento grave, mas sobreviveu após atendimento médico. O MP denunciou o homem por tentativa de homicídio (art. 121, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal), por atirar com arma de fogo, assumindo o risco de atingir alguém. Com base nessa situação e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) como o homem não tinha o objetivo de atingir ninguém em específico, sua conduta não pode ser enquadrada como tentativa de homicídio, inviável nas hipóteses de dolo eventual
- b) a tentativa de homicídio com dolo eventual é possível, pois o resultado letal só não ocorreu por circunstâncias alheias à vontade do homem
- c) o dolo eventual só pode ser reconhecido quando há um histórico de ameaças ou agressões prévias entre o agente e a vítima
- d) como o homem não tinha intenção direta de matar ninguém, ele deve responder apenas por lesão corporal dolosa

DIREITO CONSTITUCIONAL

15) O entendimento dos tribunais superiores a respeito da abrangência e inviolabilidade do direito à vida considera que tal direito é:

- a) inviolável. Abrange o direito a receber tratamento médico em caso de emergência, entretanto reconhece a recusa a tratamentos médicos por razões religiosas, mesmo em situações que representem risco imediato à vida
- b) inviolável, de aplicabilidade imediata, abrangendo desde a concepção. No entanto, admite exceções para a interrupção da gravidez nos casos de fetos com anencefalia e de risco à saúde da gestante, respeitando a dignidade humana
- c) absoluto. Impede qualquer forma de interrupção voluntária da gravidez, salvo em casos de anencefalia, conforme jurisprudência do STF. A autonomia da vontade, contudo, não se sobrepõe a esse direito em casos de risco de morte da gestante
- d) ilimitado. A proteção à saúde e à integridade física é direito, sendo vedada qualquer limitação, entretanto, autoriza a ponderação desse direito em contextos de experimentação científica, desde que devidamente regulamentada e supervisionada

16) Pela Constituição e pela jurisprudência dos tribunais superiores, no que concerne aos direitos naturais, especificamente, o direito à liberdade e sua proteção inclui o(a):

- a) liberdade de locomoção, que garante o direito de ir e vir, no entanto, o STF permite sua restrição em casos de toque de recolher decretado em estado de emergência, ainda que o decreto deva observar o princípio da proporcionalidade
- b) direito de não ser privado de sua autonomia física, porém o STF não reconhece a validade de internações compulsórias para dependentes químicos em situação de vulnerabilidade, mesmo que devidamente justificadas
- c) liberdade de locomoção e o direito de não ser submetido a penas cruéis, sendo vedada a prisão civil de depositário infiel, entretanto o STF mantém a prisão civil para devedores de alimentos como exceção ao direito de liberdade
- d) proteção contra detenções arbitrárias, contudo admite a restrição da liberdade em contexto de segurança nacional e tráfico internacional, desde que haja fundamentação judicial e respeito ao contraditório

17) Acerca da proteção de cláusulas pétreas implícitas, o STF as reconhece como:

- a) invioláveis dos direitos e garantias individuais, sendo aplicáveis aos direitos fundamentais previstos expressamente na Constituição, no entanto o STF permite a exclusão de direitos implícitos sempre que houver um interesse coletivo relevante
- b) fundamentos estruturantes da Constituição que não podem ser suprimidos, como a separação dos Poderes e o princípio republicano, no entanto essas cláusulas podem ser objeto de interpretação restritiva, a depender do contexto histórico e social
- c) garantia da supremacia dos direitos humanos e fundamentais, possibilitando sua revisão apenas quando existirem normas internacionais que determinem essa necessidade, no entanto entende que tais cláusulas são invioláveis apenas em contextos internos
- d) flexíveis, a exemplo do princípio da separação dos Poderes, que pode ser alterado para aprimorar a eficiência dos órgãos governamentais, desde que o equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário seja preservado, mas permitindo ao Congresso reformar a estrutura do Judiciário

18) Considerando as competências do Poder Judiciário e do Poder Executivo no processo legislativo, é correto afirmar que o(a):

- a) competência para propor projetos de lei sobre a criação de cargos no âmbito do Poder Judiciário é compartilhada entre o Presidente da República e o Congresso Nacional. A sanção presidencial é obrigatória para a aprovação de medidas provisórias que tratem da organização administrativa de qualquer Poder
- b) Congresso Nacional pode alterar a estrutura administrativa do Poder Judiciário por meio de projeto de lei ordinária, desde que o tema tratado seja de relevância nacional. A criação de cargos no âmbito do Poder Judiciário é prerrogativa exclusiva do Presidente da República, que pode propor o projeto de lei sem necessidade de aprovação dos tribunais
- c) Poder Judiciário pode propor projetos de lei complementar sobre a criação de cargos e organização de seus tribunais, desde que os projetos sejam submetidos ao Congresso Nacional. A sanção presidencial é necessária para que esses projetos se convertam em lei, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o projeto por razões de interesse público
- d) Poder Judiciário tem a competência exclusiva para editar medidas provisórias sobre a organização de seus tribunais, devendo os projetos serem encaminhados diretamente ao Presidente da República, porém a sanção presidencial para projetos de lei sobre a organização administrativa do Poder Judiciário é dispensada caso o Congresso aprove o texto por maioria simples

19) Na interpretação constitucional, em conformidade com o método consequencialista e com o princípio da força normativa da Constituição, é correto afirmar que:

- a) o STF tem utilizado esse método em julgamentos que envolvem direitos sociais, como a saúde e a educação, em que os efeitos de uma decisão podem ser amplamente sentidos pela sociedade. Além disso, o método orienta o intérprete a considerar os impactos práticos de uma decisão. Ao mesmo tempo, o princípio da força normativa da Constituição exige que o texto constitucional seja mantido em sua integridade, ainda que as consequências práticas sejam adversas
- b) o STF tem decidido que o método é aplicável em casos de controle de constitucionalidade que envolvem questões de natureza orçamentária, desde que o impacto das decisões não comprometa a solvência financeira do Estado. O princípio da força normativa da Constituição impede a aplicação de métodos que alterem o sentido original do texto constitucional
- c) segundo o STF, essa abordagem em interpretações constitucionais deve ser evitada, pois as decisões judiciais devem se limitar ao texto normativo. No entanto, o princípio da força normativa da Constituição permite que o texto constitucional seja flexibilizado quando necessário para evitar consequências graves, como em casos de calamidade pública
- d) o STF tem adotado o método em suas decisões, especialmente quando há impactos econômicos ou sociais significativos. Contudo, o tribunal tem afirmado que o princípio da força normativa da Constituição impede que esse método seja aplicado em casos que envolvam direitos fundamentais, cuja proteção é absoluta

20) Sobre o papel do diálogo internacional e do consequencialismo na interpretação da Constituição, é correto afirmar que o(a):

- a) STF utiliza o diálogo internacional para incorporar princípios do direito comparado em sua interpretação constitucional, especialmente no que se refere a tratados internacionais. Contudo, a aplicação do consequencialismo tem sido restrita a casos envolvendo questões fiscais e orçamentárias, em que os impactos econômicos das decisões são mais relevantes
- b) diálogo internacional é adotado pelo STF principalmente em decisões que envolvem direitos fundamentais, como o direito ao devido processo legal. Contudo, o tribunal evita aplicar o consequencialismo, uma vez que as decisões constitucionais devem ser interpretadas com base no texto normativo, independentemente dos impactos práticos
- c) utilização do diálogo internacional permite que o STF harmonize o direito interno com as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, garantindo a aplicação de normas internacionais em conjunto com a Constituição. No entanto, o método consequencialista é rejeitado pelo tribunal, pois não deve haver preocupação com os efeitos econômicos ou sociais de uma decisão constitucional
- d) STF tem utilizado o diálogo internacional como uma ferramenta para interpretar a Constituição em consonância com tratados e convenções internacionais, especialmente no campo dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, o tribunal recorre ao consequencialismo para avaliar os impactos práticos de suas decisões em áreas como o direito à saúde e a educação, garantindo que os efeitos sejam socialmente positivos

21) Sobre os princípios da interpretação conforme a Constituição e sua força normativa, é correto afirmar que o(a):

- a) STF aplica a interpretação conforme a Constituição para preservar a eficácia das normas infraconstitucionais, desde que seja possível compatibilizá-las com os preceitos constitucionais. Já o princípio da força normativa da Constituição impede que tratados internacionais ratificados pelo Brasil prevaleçam sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição
- b) interpretação conforme a Constituição permite que o STF preserve normas infraconstitucionais sempre que houver uma interpretação possível que esteja em conformidade com o texto constitucional, evitando a declaração de inconstitucionalidade. Por outro lado, o princípio da força normativa da Constituição estabelece que as normas constitucionais prevalecem sobre as infraconstitucionais, mesmo quando as leis em questão tratam de questões de natureza econômica
- c) STF adota a interpretação conforme a Constituição como uma técnica de controle de constitucionalidade que visa preservar a validade das leis infraconstitucionais, desde que seja possível interpretá-las de maneira compatível com os princípios constitucionais. O princípio da força normativa da Constituição impõe que a interpretação constitucional tenha primazia sobre qualquer convenção ou tratado internacional, especialmente em matérias de direitos humanos
- d) princípio da força normativa da Constituição impõe que as normas constitucionais prevaleçam sobre qualquer outra forma de legislação infraconstitucional, assegurando sua primazia. Ao mesmo tempo, a interpretação conforme a Constituição tem como objetivo adaptar normas infraconstitucionais às mudanças no entendimento constitucional, especialmente em matérias que envolvem a dignidade da pessoa humana, independentemente do quórum de aprovação

22) A respeito da pertinência temática e dos critérios de legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), é correto afirmar que a:

- a) pertinência temática é um requisito cuja verificação depende da avaliação de legitimidade ativa, sendo permitida a propositura de ADI apenas por aqueles que comprovem a vinculação direta entre os objetivos institucionais da entidade requerente e a matéria objeto da ação, restringindo a legitimidade de entidades sindicais
- b) configuração da pertinência temática está condicionada à relação entre o objeto do ato impugnado e os interesses institucionais de quem promove a ADI, sendo essa relação dispensável apenas quando a entidade é dotada de representação nacional, pois as entidades de classe regionais não possuem legitimidade
- c) pertinência temática é dispensável em casos de propositura de ADI, em que se exige a vinculação estatutária entre o interesse representado e o ato impugnado, salvo no caso de sindicatos que representam categorias de natureza econômica, cujo interesse de classe prevalece
- d) pertinência temática é um requisito exclusivo das entidades de classe com representação em escala federal, sendo que entidades regionais devem demonstrar não apenas a pertinência, mas também o caráter específico da lesão, o que restringe a legitimidade ativa

23) As interposições de recurso extraordinário (RE) e de recurso especial (REsp), no contexto do controle de constitucionalidade, respectivamente, são cabíveis:

- a) em casos que envolvem violação direta de dispositivos constitucionais, com possibilidade de questionamento da legislação estadual / apenas para sanar desrespeitos formais ao processo legislativo
- b) para controle de constitucionalidade direto e em hipóteses de interpretação conflitante entre normas estaduais e federais / apenas quando a Lei nº 9.868/1999 for inobservada no controle concentrado estadual
- c) em casos de controle concentrado, quando a decisão de mérito do Tribunal de Justiça (TJ) estadual conflita com a interpretação constitucional do STF / apenas para interpretar a conformidade com a Lei nº 9.868/1999
- d) quando há violação direta de dispositivo constitucional para impugnar normas estaduais em face da Constituição Federal / para questionar a conformidade procedimental em ações de controle concentrado estadual de constitucionalidade

24) Considerando o controle de constitucionalidade de normas municipais perante a Constituição Estadual e as possibilidades de ação sobre essas normas, é correto afirmar que:

- a) o TJ estadual tem competência para julgar normas municipais em desconformidade com normas de reprodução obrigatória, sendo a competência do STF necessária apenas quando as normas em questão excedem o poder regulamentar do município, configurando ofensa à Constituição Federal
- b) o controle de normas municipais que contrariam a Constituição Estadual está restrito ao TJ estadual, devendo este observar o princípio da simetria para normas de reprodução obrigatória, enquanto normas de repetição não obrigatória somente podem ser examinadas em controle incidental
- c) normas municipais que afrontem normas estaduais de reprodução obrigatória estão sujeitas a controle de constitucionalidade pelo TJ estadual, cabendo ao STF apenas a apreciação de normas municipais em caso de afronta direta a dispositivos constitucionais de reprodução federal
- d) em casos de conflito entre normas municipais e estaduais, o TJ estadual pode exercer controle concentrado em relação a normas de reprodução obrigatória, enquanto normas de repetição não obrigatória, por sua natureza local, são passíveis de controle difuso

25) Sobre a interação entre controle concentrado e controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que:

- a) no controle concentrado, a decisão proferida pelo STF em sede de ADI ou ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) prevalece sobre decisões conflitantes do controle difuso, sendo que as decisões do controle difuso só têm efeitos inter partes e podem ser ampliadas mediante provocação do Senado Federal
- b) o controle concentrado tem por objetivo uniformizar a interpretação constitucional em todo o território nacional, sendo vedada a extensão de decisões de controle difuso para além das partes, salvo intervenção do Senado Federal, que tem competência para modular os efeitos das decisões
- c) a modulação de efeitos no controle concentrado permite ao STF evitar o impacto retroativo das decisões de inconstitucionalidade em controle difuso, conferindo segurança jurídica, enquanto no controle difuso os efeitos inter partes não estão sujeitos a modulação temporal
- d) no controle difuso, os efeitos das decisões podem ser ampliados pelo Senado Federal ou pelo STF em sede de controle concentrado, garantindo uniformidade na aplicação das normas no ordenamento jurídico nacional

26) Conforme a jurisprudência do STF, quanto à possibilidade de intervenção policial em universidades públicas, diante da autonomia universitária garantida pela Constituição Federal de 1988 e do dever do Estado em assegurar a ordem e a segurança pública, é correto afirmar que o(a):

- a) segurança pública nas universidades públicas é de competência exclusiva do Estado, devendo a atuação policial ser autorizada e coordenada pela administração universitária, no entanto o STF permite intervenção policial independente em situações de protestos pacíficos
- b) STF considera que a autonomia universitária veda a presença de forças policiais no interior das universidades, salvo em casos de autorização judicial expressa para investigação de crimes ocorridos fora do campus, limitando a atuação policial a ações de vigilância externa
- c) autonomia universitária protege as universidades públicas de qualquer forma de intervenção policial, salvo se previamente autorizado pelo Poder Judiciário. Além disso, a competência para decidir sobre questões de segurança no campus é exclusiva da administração universitária
- d) autonomia universitária garante a liberdade de organização interna, impedindo a entrada de forças policiais em campi universitários sem autorização do reitor, entretanto o STF admite a intervenção policial em casos excepcionais de flagrante delito ou risco imediato à segurança pública, mesmo sem prévia autorização

DIREITO ADMINISTRATIVO

27) Uma universidade pública, visando ampliar o acesso da população geral à educação e à cultura, pretende construir e disponibilizar diversos equipamentos culturais, como museus, bibliotecas e centros de ensino. A instituição, no entanto, enfrenta uma grave crise financeira, de forma que a reitoria decide que será necessário buscar alguma forma de parceria público-privada que permita a repartição dos custos entre o Poder Público e os futuros usuários do serviço. Consultada a respeito, considerando apenas as informações fornecidas, à luz da Lei nº 8.987/1995 e da Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias público-privadas), a Procuradoria-Geral da universidade poderá apontar como possibilidade a celebração de uma concessão:

- a) patrocinada, pois esta é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado
- b) administrativa, pois esta é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado
- c) patrocinada, pois esta é definida como o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens
- d) administrativa, pois a existência ou não de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é indiferente para a caracterização de uma parceria público-privada

28) Um servidor público de uma universidade, integrante de um estado cujos gastos com pessoal estão acima dos limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), preencheu todos os requisitos legais para ser beneficiado com a progressão funcional. A administração da universidade está em dúvida se pode efetivar essa progressão, pois o art. 22 dessa lei vedaria o aumento de gasto com pessoal quando superado o limite legal. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conceder a progressão é um ato:

- a) discricionário do poder público, dependendo dos limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere às despesas com pessoal do ente público, que podem servir de fundamento para o não cumprimento de direitos subjetivos do servidor, salvo na hipótese de despesas provenientes de decisão judicial
- b) discricionário do poder público que, à luz das circunstâncias do caso concreto, da natureza da função exercida pelo servidor e da realidade orçamentária e financeira, decidirá pela concessão ou não de progressão funcional de servidor público, ainda que atendidos todos os requisitos legais
- c) ilegal, ainda que atendidos a todos os requisitos legais, quando superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes a gastos com pessoal de ente público, tendo em vista que a responsabilidade fiscal deve prevalecer ante a direito subjetivo de servidor
- d) legal, quando atendidos todos os requisitos legais, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes a gastos com pessoal de ente público, tendo em vista que a progressão é direito subjetivo do servidor público

29) Durante uma situação de pandemia reconhecida no Brasil, a União Federal pretende utilizar um hospital público de referência pertencente a uma universidade pública estadual. A universidade, contudo, informa que o bem está sendo utilizado para atender à população e que ele não poderá ser repassado para a União. Diante da negativa, a União resolve requisitar o hospital. À luz da jurisprudência do STF, julga-se que a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro:

- a) não ofende ao princípio federativo, desde que a requisição observe aos mesmos requisitos da desapropriação de um ente público por outro, ou seja, a União poderá requisitar bens dos Estados e os Estados dos Municípios
- b) não ofende ao princípio federativo, pois se admitiria que a União e os Estados, de forma excepcional, requisitassem bens e serviços dos entes federados integrantes dos seus territórios em situações de perigo público iminente
- c) ofende ao princípio federativo, pois somente se admitiria a requisição pela União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa e estado de sítio
- d) ofende ao princípio federativo, sendo essa medida absolutamente vedada, ainda que durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa e estado de sítio

30) Determinada Assembleia Legislativa, diante do constante atraso no repasse das verbas orçamentárias da principal universidade pública estadual, aprova, por meio de Emenda à Constituição Estadual, que o financiamento da universidade passará a ocorrer por meio de duodécimos. À luz da jurisprudência do STF, o artigo 207 da Constituição da República exige que o regime financeiro-orçamentário aplicável às universidades públicas lhes assegure um espaço adequado de autogestão, que:

- a) pode ser concretizado inclusive, mas não obrigatoriamente, por meio de duodécimos, já que a adoção da sistemática dos duodécimos não impede a possibilidade de contingenciamento dos recursos financeiros a serem repassados a título de duodécimos pelo Chefe de Poder Executivo
- b) impede a adoção da sistemática dos duodécimos, por ser esta uma modalidade de financiamento excepcional, destinada apenas aos Poderes e Órgãos Independentes, sob pena de violar o princípio da unidade de tesouraria e as prerrogativas constitucionais do Chefe do Poder Executivo
- c) deve ser obrigatoriamente assegurado pela sistemática dos duodécimos, sob pena de conferir ampla discricionariedade ao Chefe do Poder Executivo no repasse orçamentário das universidades públicas e colocar em risco o princípio da autonomia universitária
- d) pode ser concretizado inclusive, mas não obrigatoriamente, por meio de duodécimos. Contudo, uma vez adotada a sistemática de duodécimos, será vetado ao Chefe do Poder Executivo realizar qualquer contingenciamento dos recursos financeiros previstos

31) A fim de investigar suposto superfaturamento em contrato de prestação de serviços de alimentação fornecida aos alunos e professores de uma universidade estadual, a Assembleia Legislativa desse estado instaura Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que, no curso da apuração, determina, motivadamente, a quebra do sigilo bancário e fiscal da figura de representação máxima da reitoria dessa instituição. À luz da jurisprudência do STF, permite-se à CPI:

- a) quebrar apenas o sigilo fiscal
- b) quebrar o sigilo bancário e fiscal
- c) quebrar apenas o sigilo bancário
- d) não quebrar o sigilo bancário nem o sigilo fiscal

32) Em um processo administrativo sancionador, o órgão competente proferiu decisão condenando uma sociedade empresária ao pagamento de multa de R\$ 100.000,00. A sociedade empresária não recorreu da decisão. Três meses após o processo administrativo ter sido encerrado e arquivado, essa sociedade contratou um novo diretor jurídico. Analisando casos recentes da empresa, o profissional concluiu que houve erro da Administração na subsunção dos fatos investigados à lei. O diretor jurídico entende que o fato praticado pela sociedade empresária era atípico, não sendo devida a multa administrativa. A conclusão da situação leva ao entendimento de que a:

- a) ausência de interposição tempestiva de recurso administrativo impede a revisão da decisão administrativa pelo órgão que a proferiu
- b) sociedade empresária, ao deixar de interpor o recurso administrativo, não poderá mais questioná-lo judicialmente
- c) decisão administrativa não pode ser questionada em juízo, tendo em vista o princípio da separação dos poderes
- d) sociedade empresária pode requerer a nulidade do ato administrativo em juízo

33) Visando à maior racionalidade administrativa, a reitoria de uma universidade deseja delegar um conjunto de decisões administrativas aos diretores de unidades. Considera-se que esse ato de delegação:

- a) não é revogável, por ser ato administrativo vinculado
- b) não admite controle judicial, por ser considerado inconstitucional
- c) é revogável a qualquer tempo, por ser ato administrativo discricionário
- d) viola o princípio da legalidade, pois, no Direito Administrativo brasileiro, não é admitida a delegação de competência

34) Na análise de um edital de licitação, o Tribunal de Contas de um estado da federação identificou irregularidades praticadas pelo prefeito e pelos gestores municipais, mediante a inserção de cláusulas editalícias potencialmente frustradoras do caráter competitivo da competição. A partir de previsão contida na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência dos tribunais superiores, os tribunais de contas, no controle externo da Administração Pública, podem:

- a) condenar administrativamente o prefeito municipal, no âmbito da tomada de contas especial, portanto, se identificada a responsabilidade pessoal do Chefe do Executivo municipal em face de irregularidades no edital em questão, aplicam-se as sanções cabíveis, mediante aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo
- b) suspender cautelarmente o processo licitatório o que ensejar o dever de se pronunciar definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo de 25 dias úteis, contados da data do recebimento das informações pelo órgão ou entidade, prorrogável por igual período uma única vez
- c) aplicar as sanções previstas, como advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, podendo qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica, representar ao Tribunal de Contas competente contra irregularidades no edital em questão
- d) determinar o ressarcimento ao erário, cuja pretensão é prescritível inclusive quando fundada em decisão de Tribunal de Contas, salvo se decorrente de conduta dolosa

35) Em decorrência de tragédia ambiental durante período anormal de chuvas, um município celebrou contratação emergencial com determinada empresa, por dispensa de licitação, para a execução de obras emergenciais de controle de inundação, drenagem e recuperação ambiental na localidade afetada. Três meses depois, outra região do município foi afetada por um colapso geológico, causando diversos estragos em uma encosta dos quais surgiu a necessidade urgente de realização de obras de contenção.

Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é permitido que:

- a) seja contratada, diretamente ou por licitação, a mesma empresa, para a realização de obras na segunda localidade, mesmo que já tenha sido contratada para o atendimento da situação emergencial anterior
- b) haja uma única prorrogação do contrato emergencial, caso as obras não sejam concluídas no prazo máximo de um ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade
- c) seja vedada a participação da mesma empresa em eventual licitação para o atendimento de outra situação emergencial, pois a lei proíbe a recontração de empresa nessa hipótese
- d) seja alterado unilateralmente o contrato para inclusão da nova área afetada no escopo da contratação original, respeitado o limite de acréscimos de 25% do valor inicial do contrato

36) Um secretário estadual é acusado de celebrar termo de colaboração com entidade privada sem a observância das formalidades legais ou regulamentares necessárias. Segundo o MP, o descumprimento da legislação causou significativo dano ao erário estadual em benefício dessa entidade, tal como apurado pelo Tribunal de Contas respectivo. Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que o(a):

- a) aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, nesse caso, independe da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas e da presença de dolo
- b) pessoa jurídica lesada não possui legitimidade para celebrar acordo de não persecução civil com o acusado, com vistas ao integral ressarcimento do dano
- c) ressarcimento ocorrido na instância administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos deverá ser deduzido da reparação do dano a que se refere essa Lei
- d) indisponibilidade poderá recair sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, além dos valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita

37) Tomando como paralelo a estrutura da União Federal, o órgão do qual os conselhos universitários mais se aproximariam seria o(a):

- a) Poder Executivo
- b) Poder Legislativo
- c) Tribunal de Contas da União
- d) Corregedoria-Geral da União

38) Após eventos de descortesia de um funcionário público com diversos cidadãos, o seu chefe, com o intuito de puni-lo, fundamentando na morosidade que um processo disciplinar teria, decide por lotá-lo em um órgão mais distante. A atitude da chefia é:

- a) correta, em razão da supremacia do interesse público e do respeito à cidadania
- b) correta, em razão dos princípios constitucionais da celeridade e da eficiência
- c) incorreta, por desvio de poder/finalidade
- d) incorreta, por vício de competência

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Considerando a Lei nº 8.429/1992 e o Código de Processo Civil, responda às questões de números **39** e **40**.

39) A procuradoria de um município propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de um servidor público municipal. Durante o *iter* processual, o servidor fez jus à sua aposentadoria. Reconhecida a prática de ato de improbidade, sobreveio condenação à perda da função pública de secretário municipal, além de outras sanções previstas na Lei. A sentença condenatória transitou definitivamente em julgado, requerida, na fase de cumprimento, a conversão da sanção para cassação da aposentadoria, sendo o pedido deferido pelo Juízo de 1º grau. Foi interposto agravo de instrumento, afirmando que a perda da função pública não pode atingir o inativo por atos praticados na atividade. Considerando que tal questão de direito é repetitiva, que o objeto de controvérsia é urgente e atual no âmbito do respectivo TJ e, ainda, que o STF tem jurisprudência pacificada, porém não afetada, no sentido da clara possibilidade de conversão da perda da função pública em cassação de aposentadoria, o eventual incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), caso proposto, deveria ser:

- a) inadmitido, considerando que a questão de direito material objeto da controvérsia já está pacificada no âmbito do STF
- b) inadmitido, diante da impossibilidade de eventual precedente firmado pelo respectivo TJ contrariar jurisprudência pacificada pelo STF
- c) admitido, uma vez que a questão repetitiva de direito material não restou submetida ao regime da repercussão geral no âmbito do STF
- d) admitido, uma vez que não há óbices para que as Cortes Locais e as Cortes Superiores produzam precedentes concomitantes e sobrepostos sobre o mesmo tema

40) Na ação civil pública de improbidade administrativa desse caso, o MP e o ex-Secretário Municipal, devidamente representado por seu patrono, celebraram acordo de não persecução cível. Além das cláusulas obrigatórias, as partes convencionaram sobre o exercício do direito de recorrer na hipótese de eventual judicialização do conflito. Além disso, concordaram que, em eventual e futuro processo, ambas se contentariam com a sentença de 1º grau, tornando-se vedada a possibilidade de interposição de qualquer espécie recursal dirigida ao respectivo TJ. Diante de tais circunstâncias, avalia-se que o(a):

- a) cláusula processual que condiciona o exercício do direito de recorrer pelas partes é válida e eficaz
- b) discricionariedade judicial permite que o juiz altere o conteúdo do negócio jurídico processual celebrado pelas partes
- c) cláusula processual constante do acordo de não persecução cível é inválida, dado o duplo grau obrigatório de jurisdição
- d) MP não está autorizado a celebrar negócios jurídicos processuais, considerando a indisponibilidade dos direitos versados na Lei

41) A respeito do *amicus curiae*, é correto afirmar que:

- a) uma pessoa natural não pode figurar nessa função
- b) é admissível somente em processos coletivos ou de controle de constitucionalidade
- c) intervém com a finalidade precípua de defender o interesse jurídico de uma das partes do processo
- d) sua intervenção pode ser solicitada de ofício pelo magistrado, requerida pelas partes ou por quem pretenda intervir

42) A respeito da revelia, é correto afirmar que:

- a) é terminantemente vedada ao réu revel a produção de provas nos autos
- b) não se opera seu efeito material caso os fatos narrados pelo autor sejam inverossímeis
- c) a nomeação de curador especial é necessária independentemente de o réu ter constituído advogado nos autos
- d) o réu revel não possui legitimidade para interpor recursos contra as decisões que venham a ser proferidas nos autos

43) Sobre o tema de execução civil, a exceção de pré-executividade na modalidade de defesa do executado, é correto afirmar que:

- a) somente pode ser aceita se houver a prévia segurança do juízo e, nesse caso, o juiz deverá, sempre, determinar a suspensão do processo
- b) não é aceita no direito brasileiro, uma vez que não está expressamente contemplada no Código de Processo Civil (CPC) e nem é amparada em qualquer princípio processual
- c) somente pode ser aceita se for requerida dentro do prazo das formas clássicas de defesa do executado, a saber: impugnação no cumprimento de sentença e embargos à execução, quando se tratar de título extrajudicial
- d) pode ser aceita nas hipóteses de nulidade absoluta da execução, pagamento já realizado, ou mesmo quando alegado excesso na execução aferível de plano, sem necessidade de produção de prova suplementar

44) Acerca do cumprimento de sentença e dos títulos executivos judiciais, é correto afirmar que o(a):

- a) procedimento da execução dos títulos extrajudiciais deverá ser utilizado em caso de cumprimento de sentença arbitral, salvo se a arbitragem envolver o Estado ou suas autarquias e fundações
- b) executado deverá ser citado no juízo cível competente em se tratando de sentença estrangeira homologada pelo STJ
- c) executado será sempre intimado, independentemente da natureza do título executivo, quando iniciado o cumprimento forçado da sentença
- d) etapa executiva se inicia automaticamente por determinação do juiz, sem necessidade de requerimento do credor

45) Relativamente à tutela provisória, é correto afirmar que:

- a) não cabe tutela da evidência contra a Fazenda Pública
- b) a tutela da evidência não pode ser deferida *inaudita altera pars*
- c) a tutela antecipada requerida em caráter antecedente (art. 303 do CPC) torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso
- d) a tutela da evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

46) Relativamente ao direito probatório, é correto afirmar que:

- a) sempre que uma parte requerer a juntada de documento aos autos, durante o curso do processo, o juiz deve intimar a outra parte para manifestar-se no prazo de 30 dias
- b) a produção antecipada da prova tem cabimento somente quando comprovado o receio de que a verificação de certos fatos venha a se tornar impossível ou muito difícil na pendência da ação
- c) produzida a prova pericial, as partes serão intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo sucessivo de 30 dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer
- d) o juiz, nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa, poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído

47) Considerando-se as normas que regulam a competência e a cooperação nacional, é correto afirmar que:

- a) é possível que haja pedido de cooperação entre um Tribunal Regional Federal (TRF) e uma vara cível estadual
- b) é possível que sejam reunidas duas ações conexas, ainda que uma delas esteja em fase de recurso
- c) as comunicações de atos entre juízos vinculados a tribunais diferentes devem ser feitas apenas por cartas
- d) o Poder Judiciário apreciará todas as demandas que lhe forem apresentadas, desde que caracterizada efetiva lesão a direito, excluindo aquelas que constituem mera ameaça de lesão

48) Com base nas regras do CPC atual sobre os atos processuais, é correto afirmar que:

- a) a citação pode ser efetuada por meio eletrônico para quaisquer causas
- b) quando for o caso, o juiz e as partes podem, de comum acordo, fixar calendário para a prática dos atos processuais
- c) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa
- d) o direito de praticar o ato extingue-se, decorrido o prazo, salvo comprovação de força maior, em até cinco dias que se seguirem ao vencimento do prazo principal

49) Uma universidade pública foi condenada a proceder o reenquadramento funcional de um servidor com os efeitos financeiros daí decorrentes. A decisão judicial que reconheceu o pleito lastreou-se em lei estadual, havendo o trânsito em 12/10/2020. Em 11/08/2023, o STF declarou, em sede de recurso extraordinário, reconhecida a repercussão geral, a inconstitucionalidade dessa lei. Diante desse quadro, em maio de 2025, deverá o procurador da universidade:

- a) ingressar com reclamação junto ao STF por descumprimento de precedente vinculante
- b) ingressar com ação rescisória fundada em prova nova, cujo prazo é de cinco anos a contar da descoberta da prova
- c) ingressar com ação rescisória fundada em violação de norma jurídica, no prazo de dois anos a contar do trânsito da decisão do STF
- d) impugnar o cumprimento de sentença dos valores atrasados por haver se tornado inexigível o título, já que fundado em lei cuja inconstitucionalidade foi reconhecida

50) Em decisão de organização de saneamento proferida em audiência, o juiz delimitou as questões de fato e de direito pendentes, acolheu a arguição de prescrição em relação à parte da pretensão e deferiu prova testemunhal e pericial, homologando o calendário da prova proposto pelas partes e pelo perito. O perito foi escolhido consensualmente pelas partes. Considerando os capítulos da decisão, é correto afirmar que o:

- a) calendário da perícia vincula as partes e o perito, mas não o julgador
- b) reconhecimento de prescrição corresponde a julgamento parcial meritório
- c) eventual pedido de esclarecimentos e ajustes deverá ser realizado no prazo do agravo de instrumento
- d) laudo pericial terá natureza de mera informação, não sendo considerado prova, já que o juiz não nomeou o perito

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

51) Após a observância de todos os trâmites legais, uma universidade pública celebrou contrato de alienação de um imóvel de seu patrimônio pelo valor de dez milhões de reais, estipulando o prazo de 180 dias para a quitação integral do pagamento. O contrato continha uma cláusula prevendo o pagamento de 50% do valor total em caso de descumprimento das obrigações por qualquer uma das partes. Além disso, foi estipulada multa, determinando a incidência de juros de 1% ao dia em caso de atraso no pagamento. O comprador, no entanto, atrasou o pagamento por 30 dias e se recusou a pagar a multa, alegando ser a penalidade contratual abusiva. O caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da universidade para a emissão de parecer jurídico. Diante da situação apresentada e com base no Código Civil, bem como na doutrina e na jurisprudência civilistas, é correto afirmar que o(a):

- a) comprador deve arcar tanto com a cláusula penal compensatória quanto com a multa, não sendo cabível sua redução, em razão da obrigatoriedade dos contratos e do caráter excessivo do atraso
- b) multa deve ser reconhecida como válida, com base no princípio da intervenção mínima nas relações contratuais, uma vez que decorre da livre manifestação de vontade das partes
- c) multa deve ser considerada como cláusula penal moratória, podendo ser reduzida pelo juiz caso considere abusiva por força do princípio da proporcionalidade
- d) comprador deve pagar a cláusula penal compensatória e a multa, que não deve ser reduzida por força da autonomia privada, já que o atraso é excessivo

52) O proprietário de um imóvel celebrou contrato de locação comercial com uma pessoa para a instalação de uma loja no local, sem destinação específica. O contrato foi firmado pelo prazo de 36 meses, com pagamento mensal de dez mil reais, sujeito a reajuste anual. As partes pactuaram expressamente uma cláusula resolutiva, estabelecendo que o inadimplemento do aluguel por período superior a 60 dias resultaria na resolução automática do contrato. Contudo, não houve estipulação expressa sobre outras hipóteses de resolução contratual. Após 20 meses de vigência, o locatário deixou de pagar os aluguéis por mais de 60 dias. Com base na cláusula resolutiva, o locador notificou-o, extrajudicialmente, exigindo a desocupação imediata do imóvel. Paralelamente, tomou conhecimento de que o locatário estava utilizando a loja para a prática de atividades ilícitas (jogos de azar). Diante dessa situação, o proprietário do imóvel ingressou com ação de despejo, fundamentando seu pedido tanto no inadimplemento superior ao prazo contratualmente estipulado quanto na utilização ilícita do imóvel. Com base no Código Civil brasileiro, bem como na doutrina e na jurisprudência civilistas, conclui-se que:

- a) o locador pode resolver o contrato com base na cláusula resolutiva expressa pelo atraso superior a 60 dias, mas não pela cláusula resolutiva tácita, pois o uso indevido do imóvel exige interpelação judicial
- b) o Código Civil brasileiro, fundamentado nos princípios do equilíbrio contratual e do informalismo, dispensa a necessidade de interpelação judicial tanto para cláusula resolutiva expressa quanto para a tácita
- c) tanto a cláusula resolutiva expressa, fundamentada no inadimplemento superior a 60 dias, quanto a resolução tácita, que vem a ser o uso indevido, exigem prévia interpelação judicial, que não foi realizada pelo locador
- d) diferentemente da cláusula resolutiva expressa, devido ao inadimplemento superior a 60 dias, a resolução tácita contratual fundamentada no uso indevido do imóvel dispensa a necessidade de interpelação judicial

53) Uma mulher, titular de direito real de propriedade de um imóvel adquirido de uma loteadora, edificou sua casa no local. Ao perceber que o terreno vizinho permanecia vazio de bens e pessoas, ela decidiu expandir os limites de seu quintal sobre o imóvel lindeiro. O resultado da expansão foi um avanço sobre 4% da área do terreno vizinho, representado por uma simples edícula para abrigar hóspedes. Menos de um mês após a conclusão do acréscimo, a loteadora notificou a mulher, informando-a, com certidão da matrícula do imóvel, que é proprietária da área invadida e requer retirada dos pertences da edícula, pois essa construção, de valor de mercado inferior a 1% do lote, passou a pertencer ao imóvel vizinho. Acerca da pretensão da loteadora, nesse caso, é correto afirmar que o(a):

- a) mulher nada receberá pelo acréscimo
- b) acréscimo lhe pertencerá se e quando indenizar a mulher
- c) benfeitoria voluptuária feita pela mulher não é indenizável
- d) mulher deverá ser indenizada ante a utilidade da benfeitoria

54) Ana e Eva são artistas grafiteiras renomadas que foram contratadas para elaborar uma tela de grandes proporções, que seria o grande atrativo de público em uma exposição comercial de arte urbana produzida por uma galeria. No contrato, estipulou-se que: o pagamento de um milhão de reais ocorreria se a tela fosse vendida; a entrega da tela deveria ocorrer em até cinco dias corridos antes da abertura da exposição; a ausência de entrega na data importaria no inadimplemento total da obrigação, o que importaria em multa de cinquenta mil reais. No dia anterior à entrega da obra, que levou 30 dias para produção, Eva, admirando sua arte, encostou brasa de cigarro na tela, que foi totalmente consumida pelo fogo. Diante dessa situação, poderá a galeria exigir:

- a) perdas e danos de ambas
- b) a metade da multa de ambas
- c) perdas e danos apenas de Eva
- d) o pagamento integral da multa de Ana

55) Um servidor aposentado da área de saúde pleiteia em juízo o recebimento de indenização decorrente de dano causado por contaminação bacteriana, ocorrida nas dependências de um hospital público. A bactéria é uma cepa de infecção hospitalar, porém se passaram sete anos desde que ele fora desligado da unidade. Nesse caso, quanto à prescrição, a defesa ao pleito é considerada:

- a) ineficiente, visto que é imprescritível dano causado a direito da personalidade
- b) eficiente, visto já ter transcorrido o prazo prescricional trienal previsto, aplicável a todos os casos de reparação de dano
- c) ineficiente, visto que o prazo aplicável ao caso, que é o geral previsto no art. 206 do Código Civil, é decenário e ainda não transcorreu
- d) eficiente, pois o prazo prescricional de cinco anos, aplicável aos casos de dano causado por pessoa jurídica de direito público, já transcorreu

56) O titular de uma serventia de Ofício de Registro de Imóveis reconheceu que existia um erro na descrição da matrícula de um imóvel de titularidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao retificar a matrícula de ofício, modificou a linha divisória. Uma família, que residia em terreno vizinho há mais de 20 anos, mansa e pacificamente, passou então a ter sua morada em área de titularidade registral do Estado do Rio de Janeiro. Sobre os direitos desses ocupantes, o Estado:

- a) não pode retomar a casa, pois os moradores têm direito à regularização fundiária
- b) não pode retomar a casa, visto ter a usucapião se consumado antes da retificação da linha divisória
- c) pode retomar a casa, não podendo os ocupantes alegarem usucapião, visto se tratar de bem público
- d) pode retomar a casa, desde que os particulares parem de exercer a posse, bastando aguardar a desocupação voluntária

57) Em 2015, uma sociedade de economia mista estadual efetuou uma promessa de compra e venda com uma outra sociedade (a promitente compradora), sobre um andar comercial, localizado em condomínio não residencial. A sociedade promitente compradora ocupa o imóvel há anos, sendo inequívoco que o condomínio foi cientificado da promessa na época, mediante notificação. No entanto, não foi levada ao registro de imóveis a promessa de compra e venda. Ao emitir certidões, a sociedade de economia mista estadual descobre que há 36 meses consecutivos de dívida condominial acumulada, sendo certo que:

- a) não responde a sociedade de economia mista estadual, pois o condomínio sabe inequivocamente da transação imobiliária e da ocupação pela sociedade compradora
- b) responde a sociedade de economia mista, pois, mesmo com o registro da promessa, o proprietário registral é o responsável pela dívida condominial
- c) não responde a sociedade de economia mista, pois ela não foi cientificada da existência do saldo em aberto, e a prescrição aplicável é a trienal
- d) responde a sociedade de economia mista, pois a promessa só seria oponível ao condomínio se tivesse sido levada ao registro de imóveis

58) Um hospital universitário público, de forma a dar continuidade às pesquisas científicas e acadêmicas realizadas na universidade da qual faz parte, desenvolveu um banco com informações pessoais relacionadas aos pacientes, incluindo, além do nome, número de identidade, CPF e endereço, dados de saúde e de biometria. Para realizar o tratamento das informações, foi contratada uma empresa de tecnologia. Durante o tratamento, o referido banco foi atacado por *hackers*, que conseguiram obter as informações de parte substancial dos pacientes. Após a instauração do devido procedimento, verificou-se que as medidas de segurança, até então adotadas pela empresa de tecnologia, não eram suficientes para proteger os acessos não autorizados. Diante do caso descrito, se algum dos pacientes vier a pleitear indenização pelos danos sofridos, a:

- a) universidade, enquanto controladora, não responderá por se tratar de culpa exclusiva de terceiro
- b) universidade, enquanto controladora, responderá solidariamente por estar envolvida no tratamento
- c) empresa de tecnologia, enquanto controladora, responderá civilmente por ser a causadora do dano
- d) empresa de tecnologia, enquanto operadora, não responderá, uma vez que não lhe competem as decisões referentes ao tratamento

59) Considere uma família composta por pai, mãe e filho. Há seis anos, o pai passa os cinco dias úteis da semana na cidade onde trabalha como médico em um hospital público municipal, e os fins de semana em outra cidade onde reside com a esposa e o filho. Há quatro anos, o pai passou a se relacionar, durante as semanas, com um homem que é publicamente reconhecido como seu companheiro na cidade onde trabalha, mas continuou casado com a esposa, com a qual passava os fins de semana. No último fim de semana, em um acidente de carro, esse pai veio a falecer. De acordo com o atual entendimento do STF, nesse caso, é correto afirmar que o(a):

- a) união homoafetiva prevalece sobre o casamento por ser mais recente
- b) casamento prevalece, porque não havia separação de fato entre os cônjuges
- c) reconhecimento de famílias simultâneas pelo casamento e por união estável é permitido
- d) união homoafetiva não poderá ser reconhecida, por se tratar de pessoas do mesmo sexo

60) Um homem e uma mulher casaram-se em regime de comunhão parcial de bens e, durante o casamento, não formaram patrimônio comum. Ao falecer, a esposa deixou um imóvel, adquirido dois anos antes do casamento, bem como quatro filhos, sendo um deles comum e os outros nascidos de uma relação anterior. Em relação a distribuição dos quinhões, é correto afirmar que o marido:

- a) não é herdeiro da esposa, e que cada filho terá direito a 1/4 da herança
- b) poderá ser excluído da herança por testamento, pois não é herdeiro necessário
- c) terá direito a ¼ da herança, sendo o restante dividido igualmente entre os filhos
- d) é herdeiro da esposa em concorrência com os quatro filhos, recebendo cada herdeiro 1/5 da herança

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

61) Uma mulher foi contratada como empregada doméstica por um homem. Ao longo dos anos em que trabalhou na residência do contratante, a mulher realizou diversas tarefas, tais como lavar e passar roupas, fazer as refeições, passear com o cachorro, retirar o lixo, arrumar e limpar todos os cômodos da casa, incluindo os banheiros. Contudo, após alguns desentendimentos frequentes, o contratante decidiu despedi-la, pagando-lhe corretamente todas as verbas rescisórias. Inconformada com a dispensa, ela procurou um advogado e relatou sua história, com a intenção de ajuizar ação trabalhista em face do contratante, pois ele nunca pagou adicional de insalubridade pelas atividades realizadas. Considerando o caso, o advogado deve esclarecer que a atividade de limpeza de banheiro residencial:

- a) dá direito ao recebimento de adicional de insalubridade
- b) não dá direito ao recebimento de adicional de insalubridade
- c) dá direito ao recebimento de adicional de insalubridade se associada à retirada do lixo
- d) dá direito ao recebimento de adicional de insalubridade se associada à retirada do lixo e ao passeio com o cachorro

62) Uma mulher, que trabalhava há sete anos em uma padaria, foi contratada como balconista e, dois anos depois, foi promovida à gerente. Ela sempre trabalhou corretamente, com pontualidade e comprometimento. Durante uma tempestade de verão, sua casa foi atingida por uma enchente. Após decretação de calamidade pública pelo Município e depois de avaliar a extensão dos danos, a mulher decidiu sacar o seu fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) para iniciar a reconstrução da residência. No entanto, ao chegar ao banco, foi informada que nada havia em sua conta vinculada. Indignada, ela ajuizou ação trabalhista requerendo a rescisão indireta do seu contrato, com pedido de pagamento das verbas rescisórias e da multa prevista no art. 477, §8º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao analisar esse caso segundo a previsão do artigo 483, “d” da CLT, conclui-se que a mulher:

- a) faz jus à rescisão indireta e ao recebimento da multa, pois o não recolhimento do FGTS deve ser caracterizado como falta grave do empregador
- b) faz jus à rescisão indireta, mas não ao recebimento da multa, pois o não recolhimento do FGTS deve ser caracterizado como falta grave do empregador
- c) não faz jus à rescisão indireta nem ao recebimento da multa, pois, apesar da decretação de calamidade pública pelo Município, a ocorrência da enchente não lhe dá direito ao saque do FGTS
- d) não faz jus à rescisão indireta, pois o não recolhimento do FGTS não deve ser caracterizado como falta grave do empregador, já que ele deveria ter sido avisado antes do ajuizamento da ação

63) Um microempreendedor individual (MEI) que atua por conta própria, vendendo, em feiras devidamente legalizadas, produtos artesanais de sua fabricação, em estrita observância às normas legais, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de:

- a) autônomo
- b) trabalhador avulso
- c) segurado facultativo
- d) contribuinte individual

64) Uma servidora pública estadual do Rio de Janeiro ingressa em carreira efetiva, mediante concurso público, em janeiro de 2025, tomando posse e entrando em exercício no cargo de auditora fiscal da Fazenda Estadual no mês seguinte. Considerando que ela não possuía qualquer atividade remunerada anteriormente, desde que atendidos os requisitos mínimos de tempo de contribuição, efetivo serviço público e tempo no cargo, a lei garante que ela poderá aposentar-se, voluntariamente, somente ao alcançar a idade de:

- a) 55 anos
- b) 60 anos
- c) 62 anos
- d) 65 anos

65) Uma enfermeira de um hospital estadual, devidamente contratada mediante concurso público, sendo, portanto, ocupante de cargo público de provimento efetivo desde janeiro de 2025, encontra-se em exposição permanente a agentes nocivos biológicos, devidamente comprovados em laudos técnicos. Considerando esse caso, a lei garante que essa profissional poderá aposentar-se:

- a) aos 55 anos, desde que permaneça na atividade insalubre e atenda aos demais requisitos da legislação
- b) aos 60 anos, desde que permaneça na atividade insalubre e atenda aos demais requisitos da legislação
- c) em idade reduzida, mesmo sem a efetiva exposição a agentes nocivos, haja vista a presunção de nocividade decorrente de sua atividade profissional
- d) após 25 anos de atividade insalubre, independentemente da idade, desde que permaneça na atividade insalubre e atenda os demais requisitos da legislação

66) Uma advogada concursada de empresa pública, no regime contratual de trabalho, desempenha suas atividades em regime de dedicação a seu empregador, representando os interesses da empresa estatal em juízo. Analisando a situação apresentada, conclui-se que essa profissional:

- a) contribui na qualidade de segurada empregada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, sendo suas contribuições retidas e recolhidas pelo empregador
- b) possui vinculação previdenciária ao regime próprio de previdência social dos servidores federais, submetido, portanto, às regras previstas a esse modelo protetivo, haja vista a extinção do modelo protetivo estadual
- c) é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, salvo se optar por cobertura extensiva e obrigatória em regime de previdência complementar fechado, gerido por fundo de pensão autorizado pelo Ministério da Fazenda
- d) não terá cobertura previdenciária na condição de servidora pública, salvo se optar expressamente pela adesão a algum regime protetivo disponível para sua categoria, com vinculação opcional ao regime próprio de previdência estadual

67) Uma pessoa foi contratada por uma universidade estadual para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal) para prestar serviços em projeto de acolhimento social gerido pela instituição. Com o término do prazo do projeto, inconformada com a descontinuidade da prestação de seus serviços, essa pessoa propôs reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho, pela qual requereu o reconhecimento de vínculo empregatício com a universidade, e, por consequência, o pagamento de adicional de periculosidade, intervalo intrajornada e interjornada, saldo de salário e depósitos de FGTS inadimplidos. Nessa hipótese, à luz da jurisprudência do STF e das normas da Constituição Federal, o juízo do trabalho seria:

- a) competente para processar e julgar a causa, e seria possível reconhecer o vínculo de emprego, e, caso provado, poderia a universidade ser condenada ao pagamento de todas as verbas trabalhistas postuladas
- b) competente para processar e julgar a causa, mas não seria possível reconhecer o vínculo de emprego, e, por consequência, não poderia a universidade ser condenada ao pagamento de nenhuma das verbas trabalhistas postuladas
- c) incompetente para processar e julgar a causa, e não seria possível reconhecer o vínculo de emprego; subsidiariamente, em defesa da universidade, poderia ser sustentado que o reclamante teria direito apenas a saldo de salário e depósitos de FGTS
- d) incompetente para processar e julgar a causa, sendo necessário acionar a Justiça Federal para reconhecer o vínculo de emprego, podendo a universidade ser condenada ao pagamento do saldo de salário e a realizar os depósitos de FGTS do período laborado

68) À luz do entendimento firmado pelo STF, sobre a terceirização de atividade meio e de atividade fim, é correto afirmar que é:

- a) lícita a contratação para toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, competindo à contratante verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada e responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias previstas na legislação
- b) ilícita a contratação apenas para atividade fim, uma vez que, embora a Constituição Federal não imponha a adoção de um modelo de produção específico, a terceirização da atividade meio precariza as relações de trabalho, viola a dignidade do trabalhador e desrespeita direitos previdenciários
- c) lícita somente a contratação para atividades de vigilância, conservação e limpeza, desde que não seja atividade fim da tomadora dos serviços, sob pena de precarização das relações de trabalho, violação da dignidade do trabalhador e desrespeito aos direitos previdenciários
- d) ilícita a contratação para toda e qualquer atividade, meio ou fim, pois, sendo constatada em reclamação trabalhista, pode gerar vínculo de emprego diretamente com a Administração Pública

69) A área responsável pela gestão de pessoas de uma universidade pública identificou que algumas servidoras, todas ocupantes de cargos em comissão puro (não concursadas) ou contratadas temporariamente, ficaram grávidas no curso de seus vínculos com a instituição. No entanto, durante o estado gravídico, os gestores têm a intenção de exonerar as servidoras comissionadas e de encerrar, por decurso do prazo contratual, o contrato das funcionárias temporárias. Foi aberta consulta à Procuradoria-Geral da universidade sobre a regularidade dessas dispensas. Considerando o entendimento da jurisprudência mais atual, o parecer da procuradoria revelará que o(a):

- a) precariedade do vínculo deve ser considerada, portanto o administrador público não pode sofrer restrição à sua liberdade decisória em decorrência do estado gravídico das servidoras, embora os interesses devam ser ponderados no caso concreto
- b) princípio da isonomia não impede que haja diferenciação entre as modalidades contratuais de servidoras públicas gestantes, na medida em que a gestante com vínculo efetivo com a Administração Pública está em situação jurídica diversa da gestante que possui vínculo precário, sendo possível, por isso, o encerramento do vínculo jurídico
- c) Constituição Federal se compromete com valores como a igualdade de gênero e a liberdade reprodutiva, sendo certo que a trabalhadora gestante goza de proteção reforçada, com respeito à maternidade, à família e ao planejamento familiar. No entanto, isso não induz à conclusão de que a gestante com vínculo precário possa gozar de licença-maternidade e estabilidade provisória
- d) trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado, isso porque o estado gravídico é o bastante para acionar o direito, pouco importando a essa consecução a modalidade do trabalho

70) Uma reclamação trabalhista foi julgada procedente e transitou em julgado. O exequente iniciou a liquidação do título executivo mediante petição apresentando seus cálculos. Intimada, a Fazenda Pública apresentou impugnação aos cálculos. Entendendo haver integral razão ao exequente, o juízo sentenciou homologando os seus cálculos. Inconformada, a Fazenda Pública pretende impugnar essa decisão. À luz das normas da CLT, e de acordo com a jurisprudência trabalhista, o meio impugnativo adequado, nesse caso, é:

- a) impugnação aos cálculos
- b) embargos à execução
- c) agravo de petição
- d) recurso ordinário

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

71) Sobre a aplicação de multa tributária, de acordo com entendimento do STF, é correto afirmar que:

- a) o STF definiu que a multa punitiva não pode ser superior a 20% do valor da obrigação principal, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório
- b) cabe à lei complementar definir os limites dessa multa, os quais, enquanto não editado aquele diploma, devem ser limitados em 100% do débito tributário, podendo chegar em até 150% em casos de reincidência
- c) os crimes de sonegação, fraude ou conluio são punidos pela lei penal, inclusive com prisão, na forma das Leis nº 4.729/1965 e nº 8.137/1990, sendo que, para evitar punição de um mesmo fato duas vezes, pela legislação penal e tributária, o STF proibiu aplicação de multa qualificada nesses casos
- d) a proporcionalidade e a razoabilidade, segundo o STF, devem servir como balizas para avaliar a constitucionalidade das sanções tributárias, salvo nos casos de sonegação, fraude e conluio, quando aqueles princípios cedem aos princípios da supremacia do interesse público e da concorrência

72) Com o objetivo de reduzir sua carga tributária, uma empresa realiza um planejamento tributário, que consiste na criação de uma subsidiária em um país com tributação favorecida (paraíso fiscal), para onde são direcionadas as receitas decorrentes de suas exportações. Em seguida, a subsidiária remete os lucros para a empresa no Brasil, sob a forma de dividendos. Considerando a legislação tributária brasileira e a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o planejamento tributário realizado por essa empresa é considerado:

- a) abusivo, uma vez que, embora formalmente lícito, carece de propósito comercial e tem como único objetivo a redução da carga tributária, devendo ser desconsiderado pela administração tributária
- b) lícito, uma vez que a empresa tem o direito de buscar a forma menos onerosa de realizar suas atividades, e a remessa de dividendos não é tributada no Brasil
- c) válido, desde que a empresa comprove que a subsidiária no exterior possui substância econômica e realiza atividades efetivas no país de tributação favorecida
- d) ilícito, uma vez que configura simulação, com o objetivo de ocultar a real natureza das operações e reduzir indevidamente a carga tributária

73) Em virtude de imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal, o tributo que **NÃO** pode incidir sobre as universidades públicas é o(a):

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incidente em imóvel alugado de terceiros pela instituição para funcionamento de departamento administrativo
- b) contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) incidente sobre as receitas decorrentes de serviços educacionais prestados pela instituição
- c) imposto sobre produtos industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos de laboratório adquiridos de empresa privada para uso em pesquisa
- d) imposto sobre a renda (IR) incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras da instituição

74) Sobre a abertura de créditos orçamentários e programação orçamentária, segundo o texto constitucional, é correto afirmar que:

- a) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas correntes é vedada, ressalvadas as autorizadas mediante créditos extraordinários com finalidade precisa, desde que aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples
- b) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício fiscal em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização tiver sido promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente
- c) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade de prévia autorização legislativa
- d) se for apurado que, no período de 12 meses, a relação entre despesas de investimento e receitas superou 90%, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é dever do Poder Executivo, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa

75) Sobre o instituto da prescrição tributária, é correto afirmar que:

- a) o protesto extrajudicial interrompe o prazo prescricional
- b) a ocorrência da prescrição não importa na extinção do crédito tributário
- c) a efetivação da citação na execução fiscal interrompe o prazo prescricional
- d) as normas relativas à prescrição e à decadência em matéria tributária são reservadas à lei ordinária

76) Considerando o disposto no Código Tributário Nacional (CTN), à luz das teses fixadas na Jurisprudência do STJ na sistemática do recurso repetitivo, é correto afirmar que:

- a) é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação
- b) o credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse no imóvel objeto da alienação fiduciária, pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, uma vez aplicáveis as hipóteses previstas do Código
- c) no regime do *Stock Option Plan*, que é revestido de natureza trabalhista, incide o IRPF quando da efetiva aquisição de ações, junto à companhia outorgante da opção de compra, dada a existência de acréscimo patrimonial em prol do optante adquirente
- d) o redirecionamento da execução fiscal, independente da forma de dissolução da pessoa jurídica executada, deve ser autorizado contra o sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido

77) Sobre a exclusão de tributos da base de cálculo de outros tributos, conforme os entendimentos do STF e do STJ, conclui-se que o(a):

- a) ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decidido pelo STF, afeta diretamente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, implicando na redução proporcional da receita líquida tributável dessas contribuições, independentemente do regime de apuração adotado
- b) ICMS não pode compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, mas pode ser incluído na base de cálculo do IRPJ, salvo em regimes especiais de tributação como o lucro real, em que a exclusão pode ser parcial em função de deduções previstas na legislação
- c) ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, mas sua inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL permanece controversa, especialmente em operações com benefícios fiscais vinculados a regimes aduaneiros especiais
- d) ISS, embora seja um tributo municipal, deve ser incluído na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independentemente de regimes fiscais diferenciados, exceto em operações envolvendo incentivos fiscais estaduais

78) A Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCDL) não é aplicável em determinadas situações envolvendo a assunção dos serviços pelo gerador de lixo extraordinário. Com base na Constituição, o entendimento sobre a não incidência da TCDL é de que essa taxa:

- a) deve ser reduzida pela metade, caso o município continue responsável pelo tratamento e disposição final, se o gerador do lixo extraordinário tiver assumido os encargos de coleta e transporte dos resíduos
- b) pode ser afastada, se o gerador do lixo comprovar que contratou serviços privados para o tratamento e disposição final, sem que o município tenha qualquer responsabilidade, mesmo que este assuma a coleta
- c) não incide nos casos em que o gerador de lixo comprova que arca exclusivamente com os serviços de coleta, transporte e manuseio, ainda que o tratamento e a disposição final sejam realizados pelo ente público
- d) não é devida quando o gerador de lixo extraordinário comprova ter assumido integralmente os serviços de manuseio, coleta, transporte, tratamento e disposição final, substituindo assim a responsabilidade do poder público

79) Considerando as disposições do CTN e a jurisprudência consolidada sobre responsabilidade tributária em operações de fusão, incorporação e alienação de estabelecimentos, é correto afirmar que a:

- a) empresa sucessora responde integralmente pelos débitos tributários da sucedida, sejam eles constituídos ou não até a data da sucessão, incluindo débitos em fase de cobrança judicial, salvo se provar que os passivos foram ocultados de forma dolosa pela empresa sucedida
- b) responsabilidade tributária do adquirente, em caso de alienação de estabelecimento, limita-se aos débitos existentes até a data da alienação, sendo que sua extensão ao adquirente depende da comprovação de dolo, fraude ou simulação por parte do alienante
- c) sucessão empresarial implica a transferência de responsabilidade tributária limitada ao patrimônio incorporado, sendo necessário demonstrar o nexo causal entre o passivo tributário e os ativos transferidos no momento da operação societária
- d) sucessora responde pelos débitos da sucedida, independentemente da existência de prévia constituição formal do crédito tributário, desde que o fato gerador tenha ocorrido antes da sucessão, ainda que o lançamento do tributo ocorra posteriormente

80) Considerando os entendimentos dos tribunais superiores a respeito da restituição do ICMS no regime de substituição tributária e da base de cálculo desse imposto incidente sobre a energia elétrica, conclui-se que a restituição do ICMS-ST:

- a) ocorre automaticamente em todas as operações em que a base de cálculo real for inferior à presumida. As tarifas de transmissão podem ser incluídas na base do ICMS em contratos de alta demanda energética, desde que previsto por regulamentação estadual
- b) é devida quando o valor da operação final for inferior à base de cálculo presumida. As tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) não devem ser incluídas na base de cálculo do ICMS, por não integrarem o consumo efetivo de energia
- c) é um direito que está vinculado à comprovação de que a operação se realizou por valor inferior ao presumido, sendo que a exclusão das tarifas TUST e TUSD pode ser afastada por decisão administrativa estadual, mesmo que contrarie entendimento do STF
- d) é um direito que, embora reconhecido pelo STF, não impede a inclusão das tarifas TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS em operações interestaduais, desde que haja previsão expressa em convênio firmado no âmbito do CONFAZ

**PROIBIDO DESTACAR ESTA E QUALQUER
OUTRA FOLHA DOS CADERNOS DE PROVA**

ORGANIZADOR



CEPUERJ